

PARECER N° 08/2008

Manifesta-se sobre a declaração de interesse público e social do acervo de Darcy Ribeiro, sob a guarda da Fundação Darcy Ribeiro.

1- APRESENTAÇÃO

A Portaria nº. 78, do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, de 29 de julho de 2003, criou a Comissão Técnica de Avaliação, composta por Jayme Spinelli Júnior (titular) e presidente da Comissão e Vera Lúcia Miranda Faillace (suplente), da Fundação Biblioteca Nacional; Beatriz Moreira Monteiro (titular) e Clóvis Molinari (suplente) do Arquivo Nacional; Mônica Muniz Melhem (titular) e Francisca Helena Barbosa Lima (suplente) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) com o objetivo de realizar estudos para a declaração de interesse público e social de arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional, tendo em vista a Resolução nº 17 de 25 de julho de 2003.

Por solicitação da Fundação Darcy Ribeiro, FUNDAR, foi instaurado o processo nº 00321-000001/2007-DV propondo a declaração de interesse público e social do acervo arquivístico privado de Darcy Ribeiro. O pedido abrange o acervo textual, iconográfico, sonoro e de imagem em movimento, do período de 1928 a 1997, sob a guarda e propriedade da FUNDAR, localizada na rua Almirante Alexandrino, 1991, Santa Teresa, Rio de Janeiro.

2 – O MÉRITO

2.1 – O acervo

Em 1996, Darcy Ribeiro criou a Fundação Darcy Ribeiro –FUNDAR - com o objetivo principal de dar continuidade a seus projetos no âmbito de políticas públicas ligadas à Educação e à preservação da identidade dos povos indígenas e também com o intuito de reunir seu acervo e o de sua primeira esposa Berta Ribeiro.

O fundo Darcy Ribeiro reunido na Fundar é formado por documentos coletados, ainda em vida, pelo titular, em locais tais como seu apartamento em Copacabana, seu sítio em Maricá, o apartamento de Berta Ribeiro, a casa de Montes Claros (MG), seu antigo gabinete no Senado Federal, e na residência de amigos e colaboradores. Após sua morte foram encaminhados outros documentos por ex-colaboradores ligados a Fundação. O conjunto documental reflete as atividades de Darcy Ribeiro no governo de João Goulart, nos dois períodos de governo de Leonel Brizola, no Senado Federal, seus projetos ligados a Educação, a Antropologia - com destaque para o Indigenismo - e a atuação política na criação do Partido Democrático Trabalhista (PDT), como também sua trajetória intelectual que envolve autobiografias, romances, ensaios, estudos ligados a Sociologia, a Antropologia e a Educação.

2.2 – Ficha Técnica

A documentação textual e iconográfica está dimensionada em 55,5 metros lineares, sendo 8.852 itens de documentos iconográficos (fotografias, cartões postais, gravuras, negativos, diapositivos, desenhos, croquis, charges, caricaturas, pinturas e impressos¹). Estão também reunidos no acervo:

- Documentos Sonoros – 700 fitas cassetes, cd's e rolos magnéticos;
- Documentos de Imagem em movimento – 150 horas, sendo 1 película 16mm (filme em preto e branco) e fitas em VHS, BETACAM e DVD.

2.3 - Propriedade do acervo

O acervo Darcy Ribeiro é de propriedade da Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR).

2.4 – Tratamento Técnico

Com verba da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ e da Fundação Cesgranrio, em agosto de 2000 teve início o trabalho de organização do acervo, com orientação metodológica do CPDOC/FGV. Essa organização se estendeu até o ano de 2003 quando a Fundar tornou disponível um instrumento de pesquisa em forma de inventário (que pode ser acessado através do link www.fundar.org.br/consulta), refletindo o seguinte arranjo em Séries e Subséries:

01. Série Documentos Pessoais (22 dossiês com documentos de caráter pessoal);
02. Série Indigenismo (42 dossiês divididos em 4 subséries: Funai, Serviço de Proteção ao Índio, Entidades e Instituições, Documentos Diversos);
03. Série Governo João Goulart (6 pastas divididas em 2 subséries: Ministro da Educação, Chefe da Casa Civil);
04. Série 1º Governo Brizola (1983-1986);
05. Série Governo Newton Cardoso (documentação relativa à atuação de Darcy Ribeiro na Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento Social do governo do Estado de Minas Gerais, ano de 1987);
06. Série 2º Governo Brizola (1991-1994) (com 3 subséries: Programa Especial de Educação, UENF, Assuntos Gerais);
07. Série Senado (constituída por 43 dossiês);
08. Série Política Partidária (40 dossiês em 5 subséries:PDT, Instituições Diversas, Campanha Eleitoral, Campanha de Leonel Brizola, Outros Partidos);
09. Série Instituições Diversas (30 dossiês);
10. Série Edições (composta por 46 dossiês separados em 3 subséries: Editoras, Agentes e tradutores literários, Correspondências Diversas);

11. Série Assuntos Gerais (34 dossiês);
12. Série Produção Intelectual (a maior do arquivo, contendo cerca de 650 referências);
13. Série Recortes de Jornais (75 pastas);
14. Série Correspondência Geral (2 subséries: Correspondente e Assuntos);
15. Série Fotografias (8.852 documentos organizados em 701 registros).

¹ ¹ Impressos são as imagens xerocopiadas, as reproduzidas por impressoras de computador, os cartões postais e os cartazes, isto é, convencionou-se chamar impressos aqueles que são reproduzidos em papel não fotográfico e por técnicas diferentes da fotografia analógica.

3 – O TITULAR

Nascido em Montes Claros, Minas Gerais, em 26 de outubro de 1922, Darcy Ribeiro era filho de Reginaldo Ribeiro dos Santos e de Josefina Augusta da Silveira. Saiu de Montes Claros em 1939 para ingressar na Faculdade de Medicina de Belo Horizonte. Sem vocação, abandonou a Medicina e retornou a Montes Claros ficando por lá até o ano de 1943, quando vai para São Paulo e matricula-se na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Com seus colegas de turma, Florestan Fernandes e Oracy Nogueira, envolve-se cada vez mais com a cultura brasileira, elegendo o Brasil como a razão de sua vida intelectual e seu engajamento político. Graduou-se em 1946, especializando-se em Etnologia. Em 1947 ingressou no Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e lá travou contato com o marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, então presidente do Conselho Nacional de Proteção aos Índios. Seus estudos etnológicos levaram-no a conviver por longos períodos com comunidades indígenas: os Kadiwéu (Sul de Mato Grosso) e os Urubu-Kaapor (na Floresta Amazônica). Como consequência de seus trabalhos com essas comunidades, assumiu a direção da Seção de Estudos do SPI e, por iniciativa própria, inaugurou em 1953, no Rio de Janeiro, o Museu do Índio, que foi considerado pelos etnólogos uma instituição-modelo, onde, em 1955, organizou o primeiro curso de pós-graduação em antropologia cultural no Brasil. Também foi o responsável pelo projeto de criação do Parque Indígena do Xingu, implantado mais tarde pelos irmãos indigenistas Orlando e Cláudio Villas-Boas.

A entrada definitiva de Darcy Ribeiro na vida pública foi marcada pela eleição, em outubro de 1955, de Juscelino Kubitschek, pois foi convidado a colaborar na elaboração das Diretrizes para a Educação no novo governo. Foi nesse momento que conheceu o pedagogo Anísio Teixeira e se estabeleceu uma parceria que só terminou com a morte deste, em 1970.

Depois de deixar a direção da Seção de Estudos do SPI, passou a integrar o corpo docente da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, onde era responsável pelas cadeiras de Etnologia Brasileira e Tupi-Guarani. A pedido de Anísio Teixeira passou a dirigir, a partir de 1957, a Divisão de Estudos Sociais do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), vinculado ao Ministério da Educação. Foi encarregado de planejar a criação (através de decreto presidencial de 1959) da Universidade de Brasília (UnB), projeto que mobilizou vários intelectuais, dentre eles Oscar Niemeyer, Lúcio Costa, Alcides da Rocha Miranda, Lúcio Xavier Nepomuceno e Roberto Salmeron. A Universidade foi inaugurada em 1961 e teve Darcy Ribeiro como seu primeiro reitor, no período de 1961 a 1962. Nesse mesmo ano, 1962, assumiu a chefia do Ministério da Educação no Governo de João Goulart, onde criou o Fundo Nacional de Ensino e no ano seguinte, 1963, a chefia do Gabinete Civil da Presidência da República, em substituição a Evandro Lins e Silva.

Com a chegada dos militares ao poder em 1964, Darcy deixou o país e se exilou no Uruguai. Com base no Ato Institucional nº 1, foi destituído de seus direitos políticos e demitido de seus cargos de professor da UnB e do SPI. No exílio lecionou Antropologia e escreveu diversos trabalhos relacionados com o sistema universitário. Ainda durante o exílio, morou na Venezuela, no Chile e no Peru, mas em dezembro de 1974, vítima de um câncer pulmonar, foi autorizado pelo governo brasileiro a voltar ao país. Foi submetido, então, a uma intervenção cirúrgica para extração de um dos pulmões. Retornou ao Peru em maio de 1975 ao Peru e, em 1976, voltou definitivamente ao Brasil, fixando-se no Rio de Janeiro.

Ao lado de Leonel Brizola, Darcy participou da organização do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Foi vice-governador no primeiro governo de Leonel Brizola, no Rio de Janeiro, onde acumulou a função de Secretário Estadual de Ciência e Cultura, além de coordenar o Programa Especial de Educação que teve como principal objetivo a implantação dos Centros

Integrados de Ensino Público (CIEPs). O projeto oferecia ensino, cultura, assistência social, médica e odontológica além de alimentação balanceada. Segundo o seu idealizador, não se tratava de um programa integral de instrução, mas de um programa integral de civilização.

Foi eleito senador em outubro de 1990 e, durante seu mandato legislativo, privilegiou temas relacionados à realidade educacional do país como a elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a apresentação do projeto que deu origem à Lei de Transplantes de Órgãos. Colaborou também com o segundo mandato de Leonel Brizola no governo do Rio de Janeiro. Recebeu a incumbência de retomar o programa de implantação dos CIEPs e de coordenar a criação da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), no município de Campos dos Goitacases. Licenciou-se do Senado para assumir a Secretaria Estadual de Projetos Especiais de Educação do governo fluminense. Em 1992 voltou ao Senado e, neste mesmo ano, foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras. Sua última atuação pública foi o trabalho que resultou na aprovação pelo Congresso, em 1996, da nova LDB, sancionada no mesmo mês pelo presidente Fernando Henrique Cardoso que, para homenagear o senador fluminense, batizou-a de Lei Darcy Ribeiro.

Ganhou muitos prêmios, homenagens, escreveu e publicou numerosos trabalhos, foi um intelectual polêmico, defensor ardoroso de suas idéias, um político que nunca perdeu a esperança de salvar o Brasil. Darcy Ribeiro faleceu em Brasília, no dia 17 de fevereiro de 1997.

4 – CONCLUSÃO

O acervo arquivístico privado de Darcy Ribeiro oferece, inegavelmente, inúmeras possibilidades de pesquisas em diferentes áreas do conhecimento, mas destaca-se principalmente em dois aspectos: o primeiro, a influência e atuação do titular no âmbito da Educação no Brasil cujos resultados concretos são a criação de Universidades – UnB e UENF - e do Centro Integrado de Ensino Público – CIEP- e o desenvolvimento de política de ensino público; o segundo o seu envolvimento na preservação da identidade dos povos indígenas, sobretudo como Chefe da Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios que redundou na criação do Museu do Índio e em diversos projetos de pesquisa sobre a formação do povo brasileiro.

O fato de Darcy Ribeiro ter criado uma instituição – a FUNDAR, com o objetivo de elaborar projetos nas áreas educacional e cultural, além de reunir o seu acervo e torná-lo público evidencia sua preocupação na salvaguarda da memória de seus ideais e realizações em diversas áreas de atuação que, se misturam com a história política e cultural do país. Isto posto, é irrefutável a importância de declarar de interesse para o patrimônio cultural brasileiro um acervo que representa a pluralidade e a riqueza da trajetória do titular e da própria história da política, educação e cultura nacionais.

Diante do exposto, a Comissão opina pela declaração de interesse público e social do acervo arquivístico de Darcy Ribeiro, de propriedade da Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR).

Rio de Janeiro,

Jayme Spinelli Júnior
(Fundação Biblioteca Nacional)

Vera Lúcia Miranda Faillace
(Fundação Biblioteca Nacional)

Beatriz Moreira Monteiro
(Arquivo Nacional)

Clóvis Molinari Júnior
(Arquivo Nacional)

Mônica Muniz Melhem
(Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)

Francisca Helena Barbosa Lima
(Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)